

Concentração econômica e desenvolvimento humano no Estado do Maranhão

Fernando Reis Babilônia

Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA)

Alcido Elenor Wander

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

Recebido: 07/05/2017 Versão revisada (entregue): 05/06/2018 Aprovado: 22/06/2018

Resumo

A concentração econômica em um país, estado ou município tem como uma de suas principais consequências a redução ou quase inexistência de serviços de qualidade nas áreas sociais, o que reflete diretamente no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O Maranhão, embora seja um estado com grande potencial econômico, vem, nos últimos anos, colocando-se nas últimas posições no ranking nacional do IDH. Entende-se que em grande medida isso é provocado pela forte concentração econômica no estado. O objetivo deste estudo é identificar e mapear os municípios maranhenses com os maiores e menores PIB (Produto Interno Bruto) e IDH. Para tanto, foram levantados dados sobre PIB e IDH junto a órgãos oficiais que, posteriormente, foram inseridos no Software de cartomática Philcarto, com a classificação Jenks, visando mapear os municípios maranhenses. Os resultados mostram que a economia estadual é altamente concentrada em São Luís, capital do estado, e o IDH do Maranhão é afetado sobremaneira devido, em grande medida, à elevada concentração econômica.

Palavras-chave | Concentração econômica; desenvolvimento regional; IDH; Maranhão; PIB.

Código JEL | I30 O15 R12.

ECONOMIC CONCENTRATION AND HUMAN DEVELOPMENT IN THE STATE OF MARANHÃO

Abstract

The economic concentration in a country, state or city has as one of its main consequences to cutback or almost lack of quality services in social areas which reflects directly on the Human Development Index (HDI). Maranhão, although is a state with a great economic potential, comes in the last raised the HDI, putting himself in the latest positions on the national ranking. It is understood that this is caused by the strong economic concentration in the state. The aim of this study was to identify and map the municipalities of Maranhão with the highest and lowest Gross Domestic Products (GDPs) and HDIs. In order of this, data on GDP and HDI were accessed at official bodies. Data was entered mapping Software Philcarto, ranked Jenks to be able to map the municipalities. The economy of the state is highly concentrated in Sao Luis, capital of the Maranhão, and the HDI of the state suffers greatly due to high economic

concentration.

Keywords | Economic concentration; HDI; Maranhão; GDP; regional development.

JEL-Code | I30 O15 R12.

CONCENTRACIÓN ECONÓMICA Y DESARROLLO HUMANO EN EL ESTADO DE MARANHÃO

Resumen

La concentración económica en un país, estado o ciudad tiene como una de sus consecuencias la reducción principal o inexistencia de servicios de calidad en áreas sociales, lo que se refleja directamente en el Índice de Desarrollo Humano (IDH). Maranhão, aunque es un estado con un gran potencial económico, en los últimos años se ha colocado en las últimas posiciones del ranking nacional del IDH. Se entiende que, en gran medida, esto es causado por la fuerte concentración económica en el estado. El objetivo de este estudio es identificar y mapear los municipios de Maranhão con los más altos y más bajos índices de PBI y IDH. Por lo tanto, se recogieron datos sobre el PIB y el IDH con los organismos oficiales que, posteriormente, fueron incorporados en el Software de cartomática Philcarto, con calificación Jenks, con el fin de mapear los municipios marañenses. Los resultados muestran que la economía del estado está muy concentrada en Sao Luis, la capital del estado, y el IDH de Maranhão sufre considerablemente debido, en gran parte, a la alta concentración económica.

Palabras-clave | concentración económica; desarrollo regional; IDH; Maranhão; PBI.

Código JEL | I30 O15 R12.

Introdução

O Maranhão, assim como o resto do país, é cheio de contrastes. Há pequenas parcelas da população que detém grande parte da riqueza e um enorme contingente de pessoas vivendo em estado de pobreza. Tal concentração tem consequências diretas sobre toda a população que sofre com menos investimentos em áreas fundamentais como saúde e educação, o que tem como consequência um baixo nível de renda. Como resultado, tem-se um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixo para estado, que fica disputando as últimas posições, neste importante indicador, com os estados de Alagoas e Piauí. O objetivo deste trabalho foi identificar e mapear os municípios com seus respectivos Produtos Internos Brutos (PIBs) e Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs) no período de 2010 a 2013 com vistas a verificar o grau de concentração da economia maranhense.

Para a realização do trabalho implementou-se uma metodologia, que inicialmente, envolveu o levantamento do grau de concentração da economia do Maranhão,

feito através da variável PIB levantado junto a órgãos oficiais (IBGE e IPEA), onde foi levantado o PIB de todos os municípios do estado bem como sua participação percentual em relação ao PIB estadual. Para mapear tanto o PIB quanto os IDHs do estado foi usado o método Sistema de Informação Geográfica (SIG), do Software de cartomática Philcarto, com a classificação Jenks, que é uma forma de agrupamento que busca minimizar as diferenças entre elementos de um mesmo cluster e maximizar as diferenças entre clusters diversos. A metodologia adotada teve o propósito principal de mapear geograficamente o grau de concentração dos municípios do estado assim como o mapeamento dos IDHs dos municípios maranhenses.

Concentração econômica no Brasil

O Brasil é um país com grandes diversidades tanto culturais, ambientais, regionais como socioeconômicas. Tal diversidade se apresenta desde o início da organização da nação brasileira que teve um processo de colonização distinto em suas várias regiões. No entanto, a partir da década de 1930, devido à mudança da matriz econômica do país, que sai de uma economia agrária exportadora para uma economia industrial, tem-se um maior crescimento econômico. Tal crescimento tem como uma de suas consequências a concentração de investimentos em determinadas regiões e assim as disparidades regionais se acentuam. Com o ritmo do crescimento elevado as regiões sul e sudeste, sobretudo São Paulo, se destacam recebendo o maior número de investimentos.

O desenvolvimento econômico e social brasileiro durante o século XX pautou-se por uma rápida industrialização e intensa urbanização, desarticulando o modelo de desenvolvimento anterior e centralizando grande parte da estrutura produtiva no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Em 2007, 45% do PIB brasileiro foi gerado nesse eixo (CARLEIAL, 2011, p. 113).

Ainda no entendimento de outros autores:

Essa discrepância entre o crescimento das diversas regiões brasileiras resultou em debates políticos e acadêmicos sobre a necessidade de se criar políticas públicas para reduzir a desigualdade entre as diversas regiões brasileiras. Demandas por ações do governo federal de estímulo do desenvolvimento econômico se originavam em regiões com menor participação no produto interno bruto (PIB) nacional, como o Nordeste e o Norte (OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2010, p. 23).

As diferenças entre as economias das regiões brasileiras levam a uma concentração da produção, o que faz com que o produto interno bruto (PIB) das regiões com mais investimentos seja superior às demais. O PIB ocasiona uma maior concentração de renda, a qual, segundo Sandroni (2005, p. 722), “se refere à distribuição diferenciada da renda de um país ou região pelas diversas camadas sociais.” Sandroni (2005) afirma ainda que:

É um dos campos em que a teoria econômica se liga mais intimamente à análise sociológica e política e às ideologias da sociedade de classes, que tentam justificar ou criticar a distribuição desigual. Entre as teorias ‘justificativas’ está a do ‘capital humano’: os diferenciais de renda refletiriam os diversos níveis de treinamento e escolaridade dos indivíduos. Outra corrente teórica, algumas vezes denominada matemática ou probabilística, criou um modelo explicativo segundo o qual a distribuição da renda se altera por influência de ‘choques aleatórios”, que fariam aumentar ou diminuir a renda de cada pessoa. Já a corrente institucionalista aponta como determinantes da distribuição da renda as leis sobre herança, a força relativa dos sindicatos e o papel do governo na fixação dos salários (SANDRONI, 2005, p. 722).

Braudel (apud THISSE, 2011) colocam que, desde o surgimento da civilização, as atividades humanas e a qualidade de vida têm se distribuído de forma desigual entre os continentes e em seus territórios.

Assim como a matéria do sistema solar está concentrada num pequeno número de corpos (os planetas e seus satélites), a vida econômica concentra-se em um número relativamente limitado de assentamentos humanos (cidades e aglomerações), os quais estão agrupados sob o título de ‘aglomerações econômicas’. (THISSE, 2011, p. 17).

Ao longo da história brasileira, o processo de concentração econômica foi se aprofundando. Mesmo com iniciativas governamentais para tentar reduzir a diferença entre as regiões, não houve uma efetiva desconcentração da economia. As regiões sul e sudeste continuavam sendo as regiões que mais atraíam investimentos ampliando, assim, seu predomínio na participação na economia brasileira. A criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) foram tentativas reais para mitigar a falta investimentos em tais regiões. Tais superintendências tinham como objetivo maior alavancar investimentos industriais nas regiões Nordeste e Norte, buscando assim uma maior participação dessas regiões na composição da economia nacional. A busca por uma redução de participação da economia do sul e sudeste se torna mais complicada quando há

movimentos externos que acabam por priorizar regiões mais desenvolvidas e com um mercado consumidor mais maduro e com mais renda.

Ao longo da história brasileira, o desenvolvimento socioeconômico das diferentes regiões do país ocorreu em ritmo diferenciado, o que resultou em um cenário atual de profundas desigualdades entre essas regiões. O panorama histórico da economia brasileira apresenta um quadro permanente de desigualdades regionais, agravado recentemente com o fenômeno da globalização e a ausência de políticas que façam um contraponto às forças tradicionais de concentração do desenvolvimento e levem o dinamismo econômico para regiões menos prósperas (OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2010, p. 24).

De acordo com Furtado (apud OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2010), o livre mercado tende a aumentar, e não a diminuir, as desigualdades regionais. Para ele, a reversão espontânea do processo de concentração regional de renda é praticamente impossível. Os desequilíbrios observados, no entanto, são passíveis de alteração com a implementação de políticas de desenvolvimento regional.

O mecanismo de mercado se sustenta sobre a estrutura econômica e social existente e responde às exigências desta. Não cabe atribuir ao mercado as consequências dessa estrutura – entre estas, a desigualdade regional – nem esperar que este as transforme. O autor finaliza afirmando que não se deve pedir ao mercado o que ele não pode dar nem resolver (PREBISCH apud OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2010, p. 25).

Não há como buscar uma maior igualdade entre as várias regiões de um país, como o Brasil, sem uma participação efetiva do governo. O mercado não tem em sua essência uma preocupação social, nem visa tão somente à ampliação de ganhos de uma estrutura onde há diferenças há possibilidade de lucrar mais, portanto, não haverá interesse do mercado em reduzir as diferenças regionais. O estado, através de políticas públicas corretas e consistentes, tem de buscar ele próprio ou em parceria com o setor privado estimular a redução das diferenças.

O governo federal, pressionado pela sociedade civil e consciente de que as raízes dos problemas nordestinos não residiam apenas na questão hídrica, criou, em 1957, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, entidade ligada diretamente à Presidência da República (PR). Responsável pela elaboração de um plano de trabalho em favor da região, o GTDN realizou um minucioso levantamento das questões regionais, estudo este apresentado ao então presidente Juscelino

Kubitschek, em julho de 1959 (OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2010, p. 26).

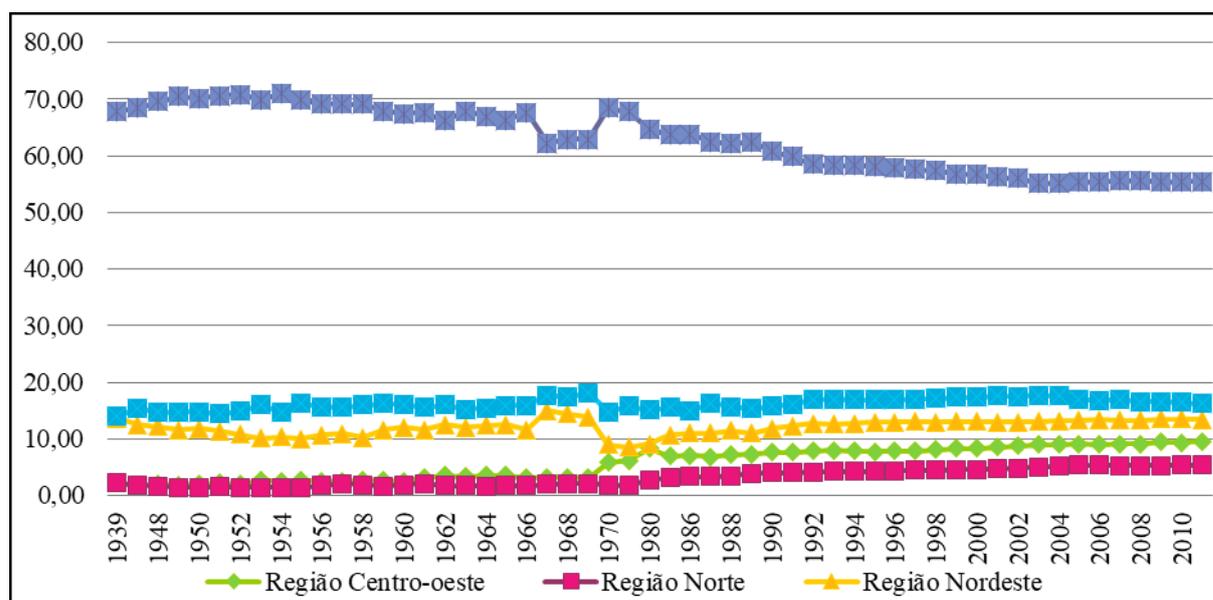
São com ações efetivas, por parte do governo, através de estudos profundos que é possível combater as diferenças existentes entre as regiões do país. O problema na região Nordeste não é apenas uma questão climática, há problemas mais profundos que devidamente diagnosticados podem ser corretamente enfrentados através de políticas públicas adequadas.

Na Figura 1 é possível observar a evolução da participação das economias do Brasil de 1939 a 2011. De 1939 até meados da década de 70, as economias das regiões Norte e Centro-Oeste tinham uma participação muito baixa, e é só a partir deste período que se nota um pequeno aumento de sua participação. Tais mudanças derivam de políticas públicas adotadas, como a “marcha para o centro-oeste”, estimulando a produção em larga escala no cerrado, dado os avanços em pesquisas na área agrícola. Já em relação ao Norte, há a política de povoamento, como estratégia de defesa da Amazônia, onde o Governo Federal estimulou a migração para a região e isso fez com que houvesse um número maior de investimentos, sobretudo com a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM).

A partir de 1970, a participação da região Norte no PIB brasileiro cresceu até atingir o máximo de 4,08% em 1990. De 1990 em diante, esta teve um pequeno decréscimo e voltou a elevar-se após 1995. Esse crescimento ocorrido na década de 1970 pode ser explicado em boa medida pela entrada em vigor da Zona Franca de Manaus (ZFM), em 1967 (OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2010, p. 30).

Embora se note a redução da participação na economia da região sudeste há ainda uma forte predominância de sua economia em relação às demais regiões, como apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Participação das regiões do Brasil no PIB (%) de 1939 a 2011



Fonte: adaptado de IPEADATA.

Ainda em relação à Figura 1, verifica-se uma alta concentração da economia na região sudeste com uma participação superior a 50% do PIB nacional. Tal participação reduz a partir de 1970, devido às políticas adotadas à época, mas ainda é muito superior às demais regiões, sobretudo no Nordeste, no Centro-Oeste no Norte. A participação da região sudeste se amplia até meados da década de 50 chegando a ter uma participação de 70,95% em 1954. Já a região Nordeste não sofre grandes variações, a média da participação para o período de 1939 a 2011 foi de 12,10%, sendo que o ápice foi em 1968 com uma participação de 14,46%.

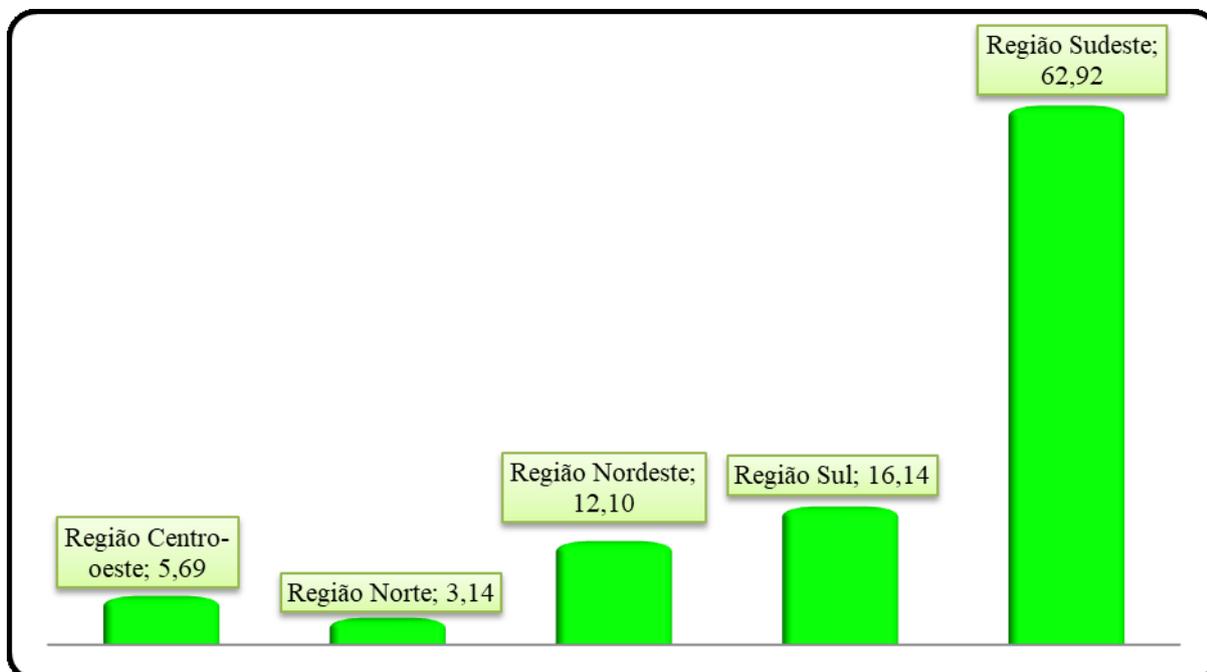
Com relação ao Nordeste, a participação no PIB brasileiro cresceu entre 1970 e 1985 e atingiu seu ápice em 1990, voltando, em 2005, para um nível próximo ao de 1970. Baer (2002) menciona um estudo de Gomes (1987) que, em uma tentativa de explicar esse aumento na participação do PIB ocorrida na década de 1980, concluiu que o desempenho do Nordeste foi melhor do que o restante do país devido à realização de investimentos compensatórios por parte do governo e das empresas estatais. Ele constatou que no período 1980-1983 os investimentos do setor público sofreram uma redução de 0,7% para o país como um todo, enquanto aumentaram em 21,4% no Nordeste; os investimentos privados declinaram em 29,4% no país, mas somente 9,2% nesta região. (OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2010, p. 31).

A Figura 2 explicita a grande diferença na participação das cinco regiões do país na economia brasileira. A Região Sudeste, que possui apenas quatro estados, tem uma participação muito superior às demais regiões, juntando a participação média de todas as outras regiões do país teríamos um valor de 37,07%, enquanto a região sudeste sozinha tem uma participação média de 62,92% em tudo que se produz no país.

A partir dos anos 1950, o governo federal começou a formular políticas de desenvolvimento regional explícitas na expectativa de promover um desenvolvimento brasileiro que abarcasse todas as regiões do país, que fosse mais equitativo em termos regionais (OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2010, p. 29).

Nesse sentido, as políticas voltadas à redução da concentração econômica tornam-se cada vez mais necessárias, dado que as diferenças entre as regiões são enormes e isso tem como uma das consequências a redução de oportunidades nas regiões que possuem uma participação menor na economia.

Figura 2 – Participação (%) das regiões brasileiras no PIB nacional para o período de 1939 a 2011



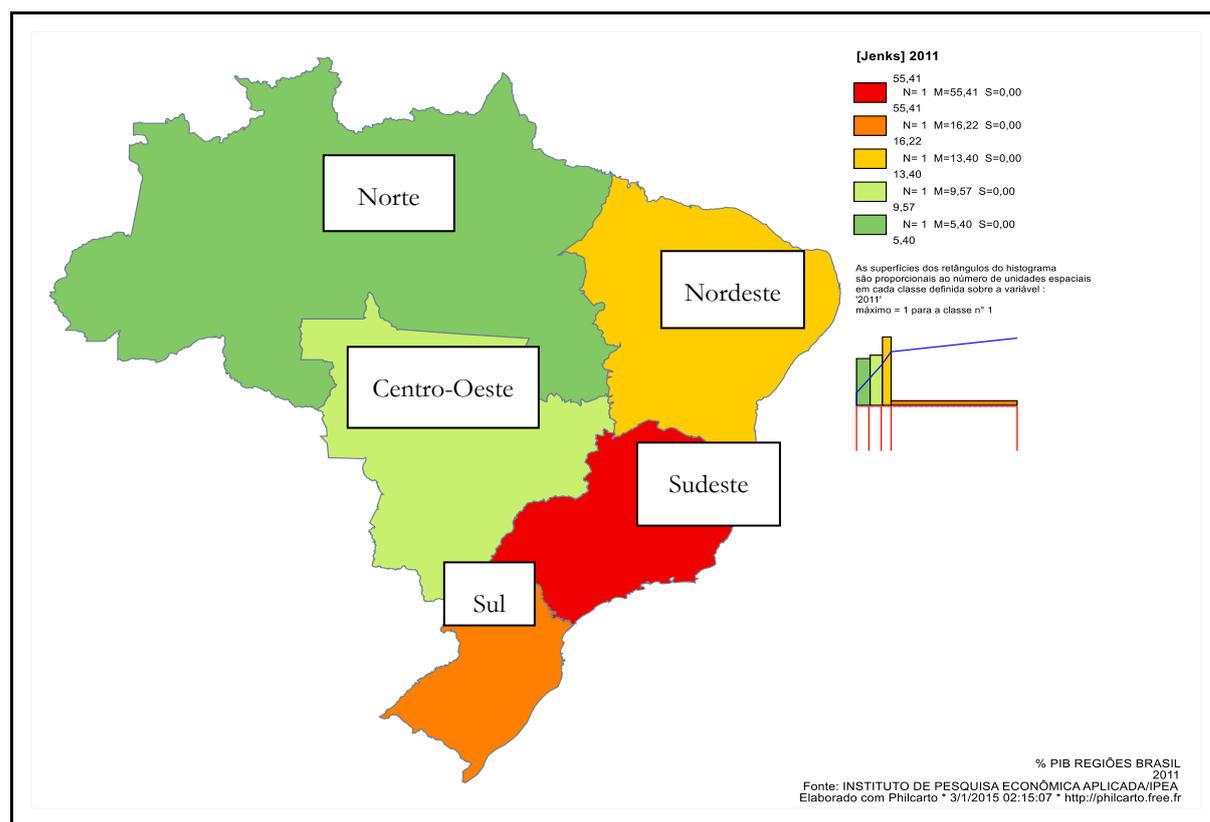
Fonte: adaptado de IPEADATA.

Na Figura 2 têm-se os valores da participação de cada região do país em 2011, na qual a região Sudeste tem uma participação de 62,92% do PIB, a região Sul

16,14%, região Nordeste 12,10%, região Norte 3,14% e região Centro-Oeste 5,69%. Ainda que tenha implementado políticas públicas visando reduzir o grau da participação da região Sudeste na composição do PIB nacional, tem-se que tal participação ainda é muito elevada. As desigualdades regionais são guiadas pelo “efeito bola de neve”, que resulta no reforço contínuo, uma vez iniciado. A produção manufatureira tenderá a se concentrar onde existir um amplo mercado, mas o mercado será grande onde a produção manufatureira for concentrada (KRUGMAN apud THISSE, 2011).

É importante mencionar que as desigualdades regionais não acontecem somente em escala nacional, ou seja, entre as regiões Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Norte, há também fortes desigualdades dentro dos estados. Devido à dimensão territorial do Brasil, os estados brasileiros são, em sua grande maioria, imensos, muitos são maiores que muitos países europeus, isso faz com se tenha grandes diferenças entre as economias dos municípios que os compõe.

Figura 3 – Participação das regiões do Brasil no PIB (%), 2011



Fonte: adaptado de IPEADATA.

Concentração econômica no Maranhão

O Estado do Maranhão, segundo dados do IBGE, possuía uma população em 2010 de 6.574.789 pessoas em uma área de 331.936,948 Km², distribuída em 217 municípios. Em termos de PIB, em 2010 era o quarto estado mais rico da Região Nordeste do Brasil e o décimo sexto estado mais rico do Brasil. O estado ocupava, em 2010, a penúltima colocação no *ranking* do IDH. Em relação à economia do estado, ela é fortemente concentrada na capital São Luís que, sozinha, detém cerca de 38,0% do PIB do estado e o município que está em segunda colocação tem cerca de 4,3% do PIB.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até meados do século XX o Maranhão não era Nordeste. Situado na transição entre o amplo semiárido e a Amazônia, as terras maranhenses integravam o então chamado Meio-Norte. Ao propor a criação da Sudene, no final da década de 1950, Celso Furtado incluiu esse estado na área de atuação daquele órgão. O Maranhão passou a integrar o Nordeste também para o IBGE e assim é tratado até hoje, embora suas relações com o Pará tenham se intensificado muito mais do que com estados do Nordeste, mesmo quando a porção sul maranhense passa a abrigar a expansão do complexo produtor de grãos que vem subindo pelo oeste baiano (BACELAR; SANTOS, 2009, p. 186).

O estado do Maranhão fica em local que dá essa condição de “dupla regionalidade”, pois tem relações muito históricas com a região Norte, sobretudo com o Pará, mas se enquadra hoje na Região Nordeste. No que se refere a características naturais, o estado possui regiões de Cerrado, de Amazônia, de regiões do chamado “sertão”, portanto, se enquadraria, facilmente, tanto ao Nordeste quanto ao Norte.

Ao reexaminar o Nordeste no estudo feito no período JK, *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste* (GTDN, 1959), base para a criação da Sudene, Furtado reencontra o Maranhão, descobre um fluxo de emigrantes nordestinos partindo em direção dessa então fronteira agrícola, e propõe o uso de suas terras úmidas e férteis para abrigar uma base agrícola moderna voltada para a produção de alimentos a ser realizada por nordestinos. O Brasil da era militar, na segunda metade do século XX, construiu alternativa, ampliando as articulações do Maranhão com as regiões Norte e Centro-Oeste, mais que com o Nordeste (BACELAR; SANTOS, 2009, p. 187).

O Maranhão possui grandes diferenciais que, se explorados corretamente, proporcionariam ao estado uma melhor condição tanto econômica quanto, social. Como mencionado anteriormente, o estado tem regiões de cerrado, de terras ricas e produtivas, muita água, grande diversidade o que o diferencia, em muito, de outros estados do Nordeste que possuem clima mais seco, tanto que recebe imigrantes de vários estados da região que estão fugindo da seca e buscando terras férteis.

Dos três sistemas, o único que obteve efetiva prosperidade no último quartel do século foi o Maranhão, graças à política de Pombal. A ajuda financeira da Companhia do Comércio permitiu a importação em grande escala de mão de obra africana para implementar lavouras do algodão – produto tropical valorizado com a Guerra da Independência dos Estados Unidos e logo em seguida a Revolução Industrial inglesa – e do arroz. O Maranhão conheceu, assim, uma excepcional prosperidade no fim da época colonial. Prosperidade precária, decorrente das alterações que prevaleciam no mercado mundial de produtos tropicais. Superada essa etapa, o Brasil encontraria sérias dificuldades, nos primeiros decênios de vida como nação politicamente independente, para defender sua posição nos mercados dos produtos que exportava. (FURTADO apud BECKER, 2009, p. 211).

O estado se beneficia, por um determinado período, com eventos externos, o que dá certo dinamismo à sua economia, sobretudo na produção de algodão e arroz.

Assim, o algodão, principal produto da Província, atinge um pique de produção em 1854 (387.004 arrobas ou 5.805 toneladas de algodão em pluma), declina nos anos subsequentes, e só em 1869 volta a superar aquele pique (397.344 arrobas), estimulado por uma grande alta de preço provocada pelas guerras internas nos Estados Unidos e pela guerra Brasil-Paraguai. (TRIBUZI, 2011, p. 41).

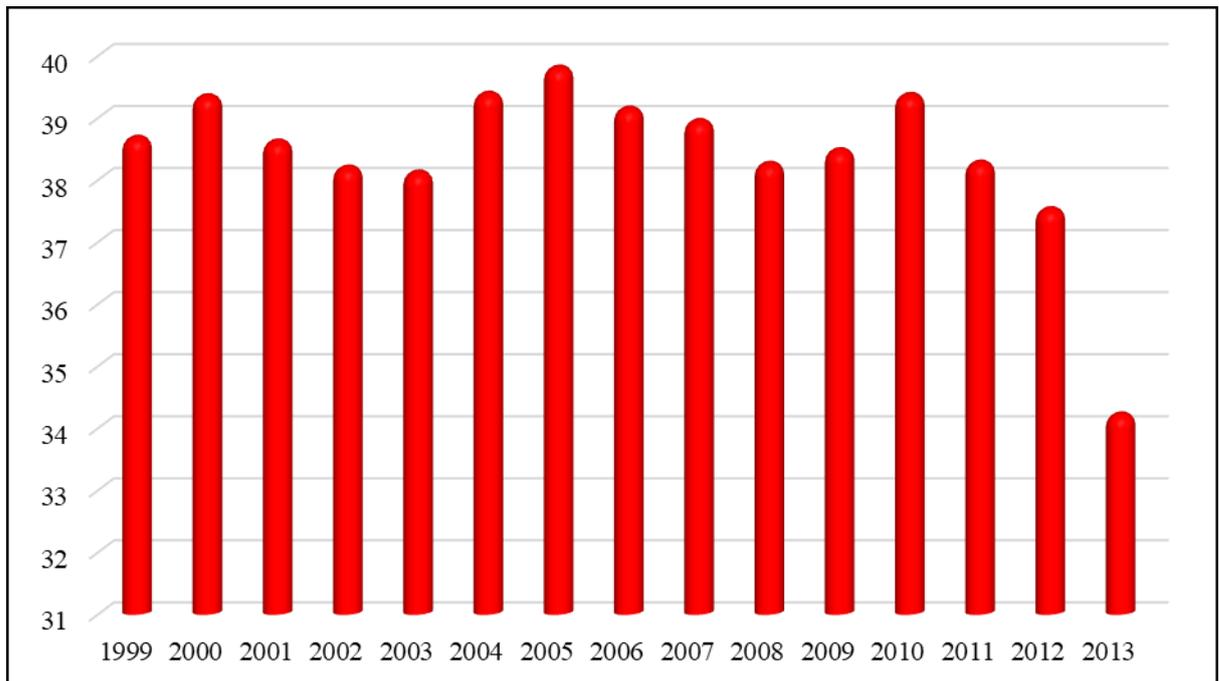
Atualmente, o estado do Maranhão é composto por 217 municípios. A maior parte deles tem uma participação muito pequena na composição do Produto Interno Bruto (PIB) do estado. O estado sempre figura entre os piores quando se abordam indicadores sociais, tais como nível educacional, saúde, segurança, infraestrutura básica que em parte contribuem para um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. Há uma disputa entre Maranhão, Piauí e Alagoas pela última posição. Há, portanto, um grande passivo social que poderia ser minimizado através de um desempenho mais igualitário das economias dos municípios, com uma melhor distribuição de riquezas.

Com base em dados levantados junto ao Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), em 2010, apenas dez municípios do estado possuíam uma participação média acima de 1,0% do PIB estadual. Os outros 207 municípios do estado têm uma participação inferior a 1,0%. Tem-se assim um estado com grande desigualdade, tendo em vista que a riqueza se concentra em poucos municípios.

É necessário, portanto, que se tenham políticas públicas estaduais direcionadas para a redução da pobreza, que fica patente quando se defronta com o IDH. O estado do Maranhão é rico em termos econômicos, está bem colocado nacionalmente, em 2011 ocupava a 17^a posição, quando se tem como parâmetro apenas o PIB, mas quando se observam os outros indicadores, sobretudo os sociais, o estado apresenta indicadores muito precários. Há, portanto, uma exclusão de grande parte da população, devido, em grande medida, à inacessibilidade de uma educação de qualidade e digna, fato que suscita, preemente, à formulação de políticas públicas para a área, ao considerar que “excluídos são todos aqueles que são rejeitados de nossos mercados materiais ou simbólicos, de nossos valores” (XIBERRAS apud SAWAIA, 1999, p. 17).

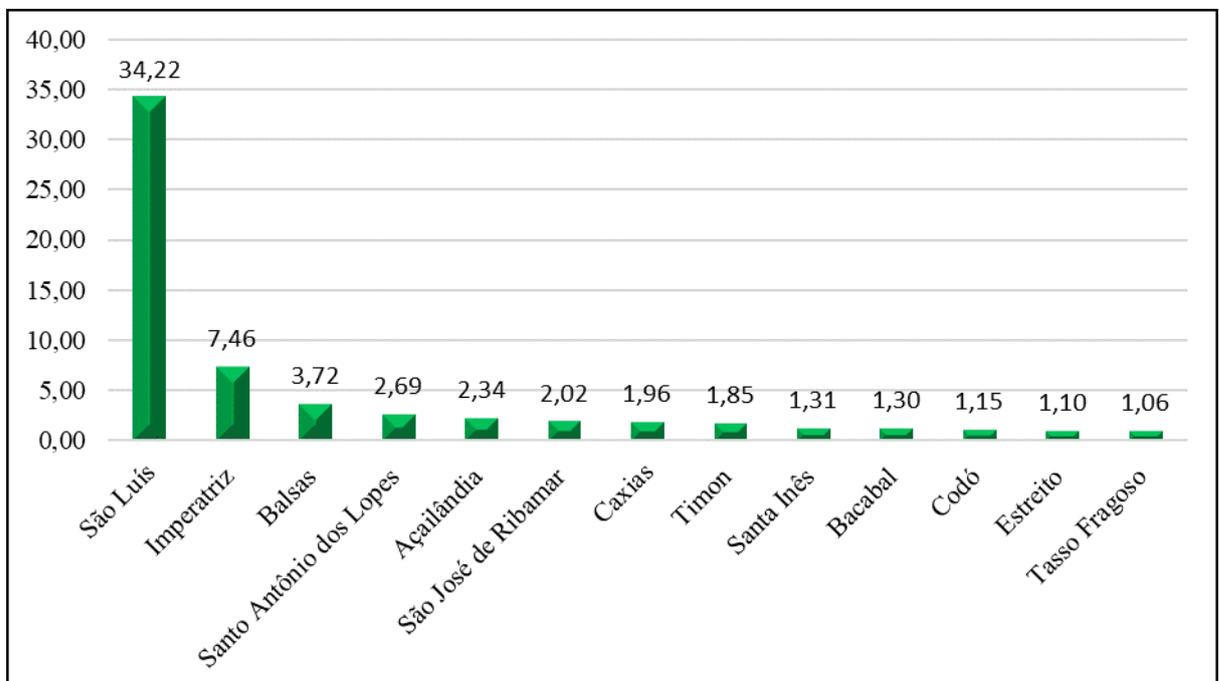
O estado do Maranhão possui uma economia bastante concentrada em sua capital São Luís, que, entre 1999 e 2013, teve uma participação média de aproximadamente 38,88% do PIB estadual. Tal concentração é prejudicial ao desenvolvimento de todo o restante do estado, pois os recursos econômicos acabam se concentrando na capital. Com isso, o restante do estado tem grandes dificuldades em investir em áreas sociais. Uma melhor distribuição dos investimentos e dos recursos públicos proporcionaria, em tese, maiores investimentos em outras áreas de interesse social.

Figura 4 – Participação de São Luís no PIB do Estado do Maranhão (%)



Fonte: adaptado de IPEADATA.

Figura 5 – Municípios maranhenses com participação acima de 1,0% do PIB estadual, 2013

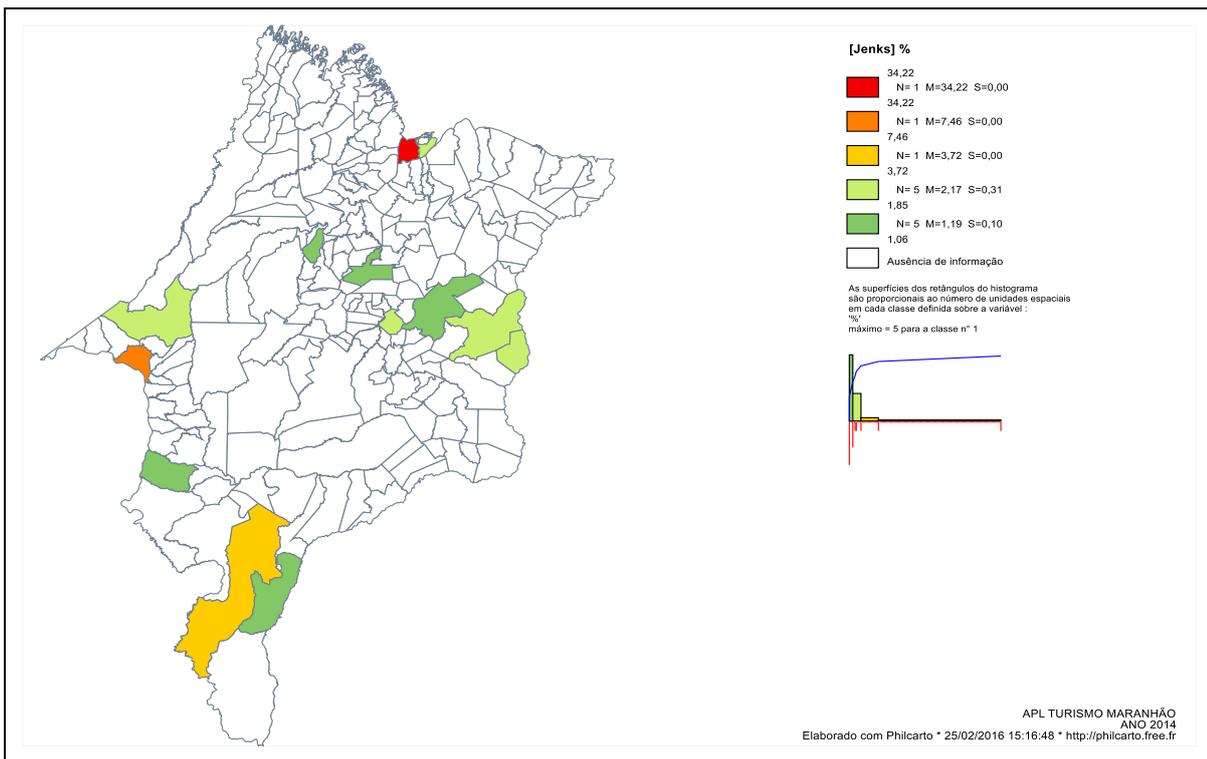


Fonte: adaptado de IPEADATA.

Como se observa na Figura 5, há uma grande disparidade na participação das dez principais economias do estado, a diferença entre São Luís (1ª) e Imperatriz (2ª) é 26,76% e um percentual em torno de 373,96%. Fica claro que algo deveria ser feito para reduzir tal grau de concentração, para que, assim, os demais municípios possam ter seu crescimento econômico alavancado o que daria condições para que haja também desenvolvimento econômico.

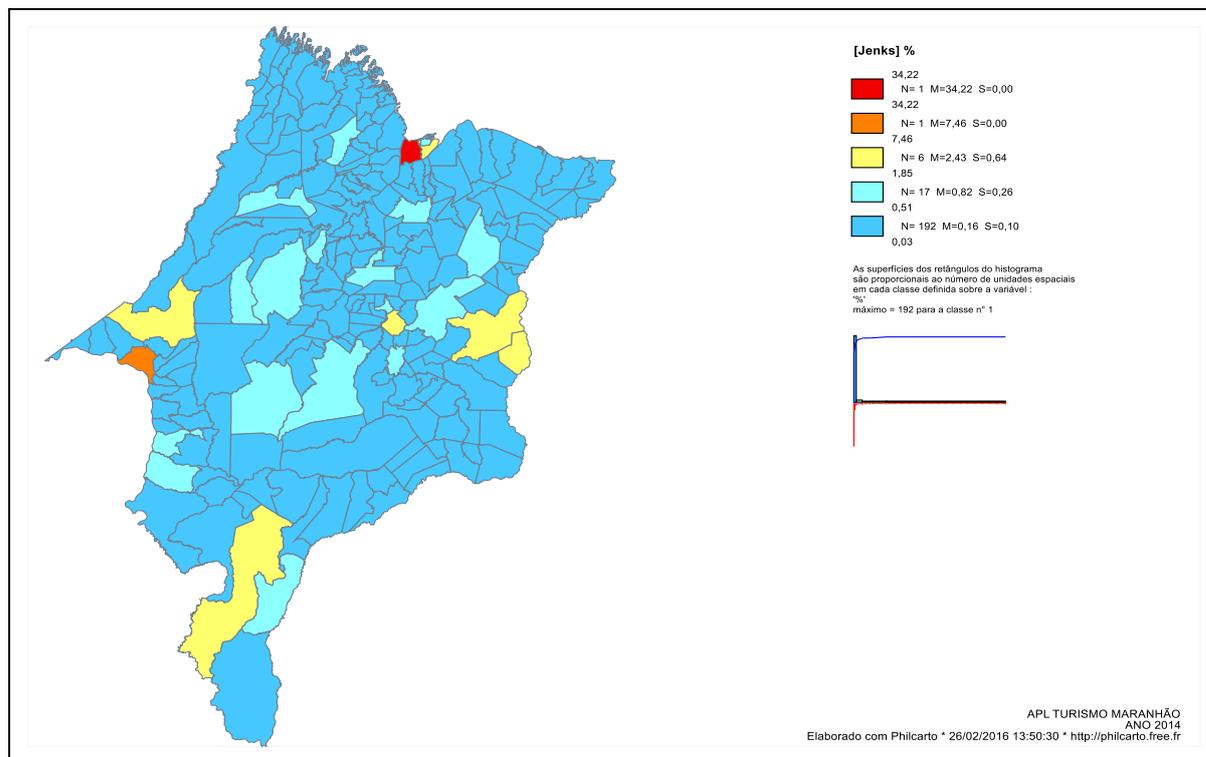
Na Figura 6 é possível verificar a distribuição espacial dos municípios que possuem uma participação de mais de 1,0% do PIB do estado. Assim como é possível verificar o grande espaço “vazio” no mapa, elemento indicador de que a maioria absoluta participa ainda menos na composição da economia do estado. Isso se traduzirá em um IDH muito baixo, pois sem recursos e investimentos não há como alavancar setores importantes para o desenvolvimento de qualquer região.

Figura 6 – Municípios do Maranhão que possuem uma participação superior a 1,0% do PIB estadual, 2013



Fonte: adaptado de IPEADATA.

Figura 7 – Participação (%) dos Municípios do Maranhão no PIB estadual, 2013



Fonte: adaptado de IPEADATA.

Na Figura 7, tem-se a distribuição da participação de todos os municípios do Maranhão em relação ao PIB estadual. Apenas um município tem uma participação superior a 10,0%, um com participação de 7,46%, seis com a participação média de 2,43%, 17 com participação média de 0,82% e 192 com participação média de 0,16% do PIB do estado. Tais dados tem grande influência nos resultados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado. A grande concentração da economia impede que municípios com menor participação no PIB tenham condições de efetuarem os investimentos necessários em áreas sociais como educação e saúde, bem como tem influência direta na repartição da renda.

IDH Maranhão

O estado do Maranhão apresenta um dos piores IDH do país. Há uma “competição” pela última posição com o estado de Alagoas e Piauí, tal fato faz com que toda a população seja penalizada, pois as variáveis que compõe o IDH são renda, longevidade e educação e em tais pontos o estado apresenta índices muito baixos, sobretudo na educação. Há necessidades claras no quesito educação, o estado tem urgência em implementar políticas públicas corretas para não só

melhorar os indicadores, mas acima de tudo de dar dignidade à toda população do estado. No Quadro 1 é possível verificar a posição do estado do Maranhão no *ranking* dos estados quando se observa o IDH geral, nota-se que em 2010, o estado estava na penúltima posição atrás apenas de Alagoas. Em relação ao IDH, é importante mencionar que quanto mais perto da 1ª posição o país, o estado ou município estiver, melhor estará sua situação em relação ao índice.

Tabela 1 – Ranking IDH estados brasileiros, 2010

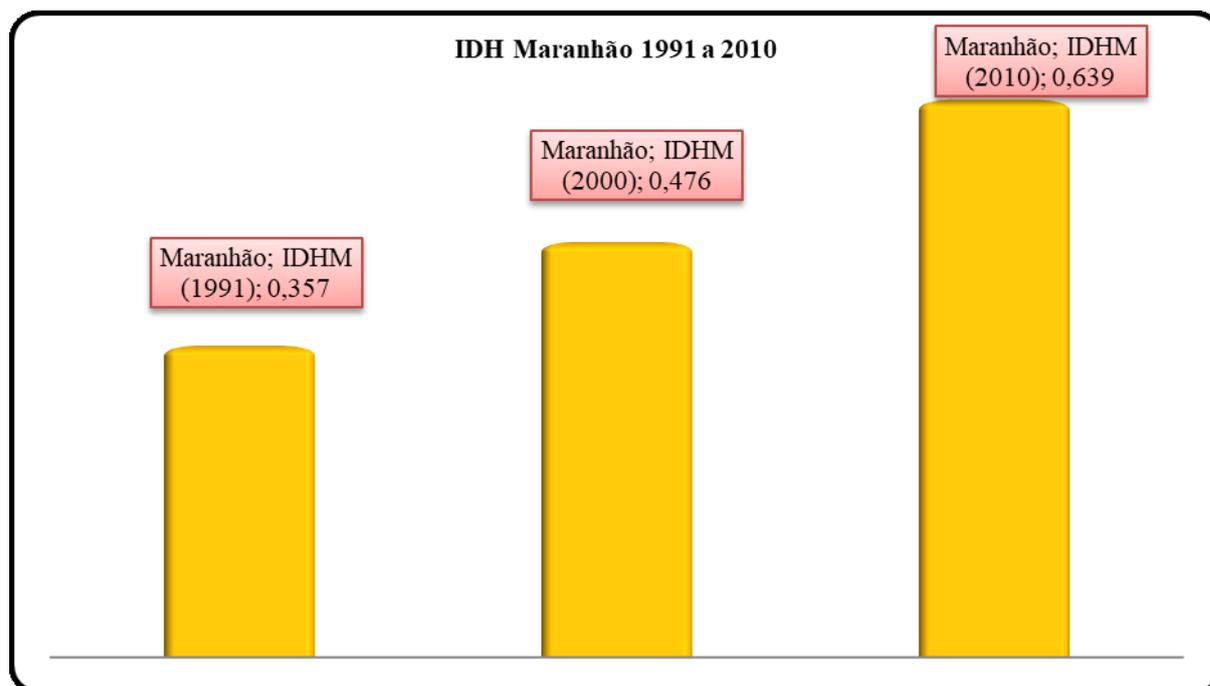
Posição	Nome	IDHM (2010)
1 °	Distrito Federal	0.824
2 °	São Paulo	0.783
3 °	Santa Catarina	0.774
4 °	Rio de Janeiro	0.761
5 °	Paraná	0.749
6 °	Rio Grande do Sul	0.746
7 °	Espírito Santo	0.740
8 °	Goiás	0.735
9 °	Minas Gerais	0.731
10 °	Mato Grosso do Sul	0.729
11 °	Mato Grosso	0.725
12 °	Amapá	0.708
13 °	Roraima	0.707
14 °	Tocantins	0.699
15 °	Rondônia	0.690
16 °	Rio Grande do Norte	0.684
17 °	Ceará	0.682
18 °	Amazonas	0.674
19 °	Pernambuco	0.673
20 °	Sergipe	0.665
21 °	Acre	0.663
22 °	Bahia	0.660
23 °	Paraíba	0.658
24 °	Piauí	0.646
24 °	Pará	0.646
26 °	Maranhão	0.639
27 °	Alagoas	0.631

Fonte: ATLAS IDHM 2010.

Na Figura 8 é possível observar que há uma evolução nos números do IDH do estado, mas é importante analisar como essa melhora se dá de fato na vida das pessoas. Desde que o índice foi criado, pelas Nações Unidas (ONU), para que se tivesse um indicador internacional que medisse o desenvolvimento, e este índice passa a ser referência para uma série de atividades, inclusive para obtenção de recursos, e os governos “aprenderam” a trabalhar com ele. Os governos

estabelecem políticas pontuais para melhorar alguns itens que irão influenciar direta ou indiretamente à formatação do IDH, tais políticas - não necessariamente mudarão para melhor a vida das pessoas - são apenas para melhorar alguns indicadores até se conseguir o objetivo, que pode ser um financiamento por exemplo.

Figura 8 – IDH Maranhão para o período de 1991 a 2010



Fonte: adaptado de IPEADATA.

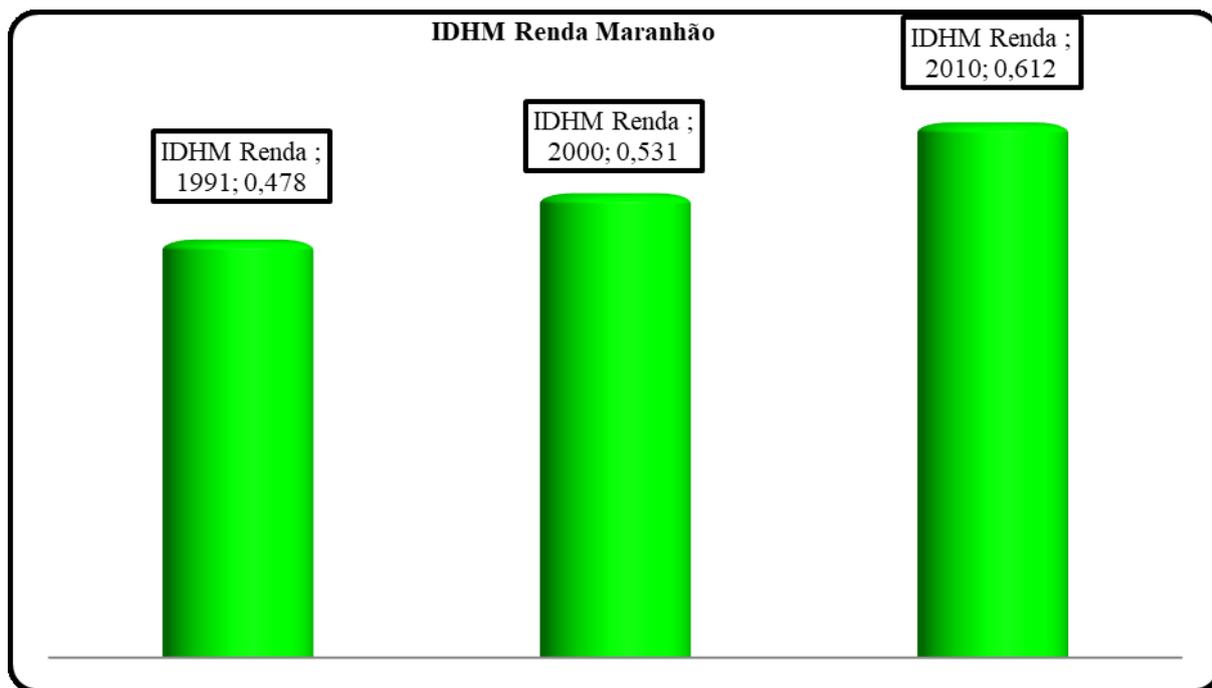
Na Figura 9, tem-se uma das variáveis que compõe o IDH, a variável renda. É possível, também, verificar que há uma evolução nos números para este item. Pode-se pressupor que a renda dos maranhenses está melhorando para o período analisado, mas, novamente, se põe a questão: esta melhoria é para todos? Ela está melhorando a condição de vida de todas as pessoas do estado do Maranhão? É importante observar que tal melhoria pode derivar de programas sociais do governo federal como o Bolsa Família, com a qual o estado é um dos mais beneficiados do país. Tal programa tem efeito positivo para a mudança dos números na variável renda, mas talvez não seja uma solução adequada a longo prazo.

Com políticas recentes de transferência de renda, ampliação do valor real do SM, aumento do acesso a crédito, aumento da formalização dos trabalhadores, os rendimentos médios na região Nordeste têm crescido significativamente acima da média nacional entre 2004 e 2009, uma vez que o rendimento real nesta região cresceu a uma taxa próxima a 5%. Aliado a este processo de crescimento do

rendimento real dos trabalhadores, observam-se a ampliação do emprego e o crescimento da formalização, isto é, de trabalhadores cobertos pelo sistema de seguridade social. Em 2001, perto de 45% dos trabalhadores tinham cobertura formal da seguridade social; em 2009, este percentual chega a quase 56% dos trabalhadores, num período de forte expansão do emprego formal (CARLEIAL; CRUZ, 2012, p. 48).

A concentração econômica é fator determinante para que a variável renda não seja tão positiva no estado. Políticas públicas adequadas poderiam fazer com que tal concentração diminuísse e isso traria efeitos positivos na distribuição de renda do estado, melhorando sensivelmente a condição de vida das pessoas. Assim, haveria uma menor dependência de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

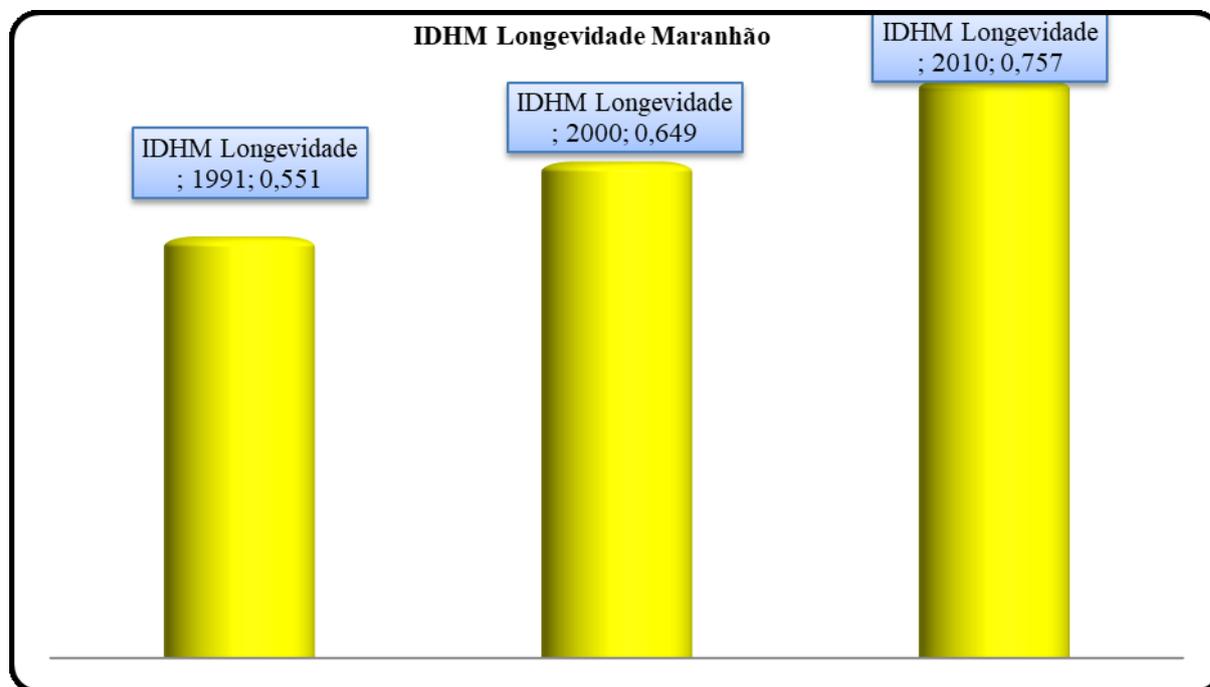
Figura 9 – IDH Renda no Estado do Maranhão para o período de 1991 a 2010



Fonte: adaptado de IPEADATA.

Na Figura 10, tem-se a variável longevidade, item que apresenta melhor índice dentre as três variáveis que compõem o IDH maranhense. É possível que tal índice seja derivado, em parte, da melhoria da renda, ainda que aquém do necessário, assim como um maior acesso ao sistema de saúde governamental, como o Programa Saúde da Família (PSF) que oferece uma proximidade maior com os usuários, possibilitando, assim, um melhor acompanhamento.

Figura 10 – IDH Longevidade no Estado do Maranhão para o período de 1991 a 2010

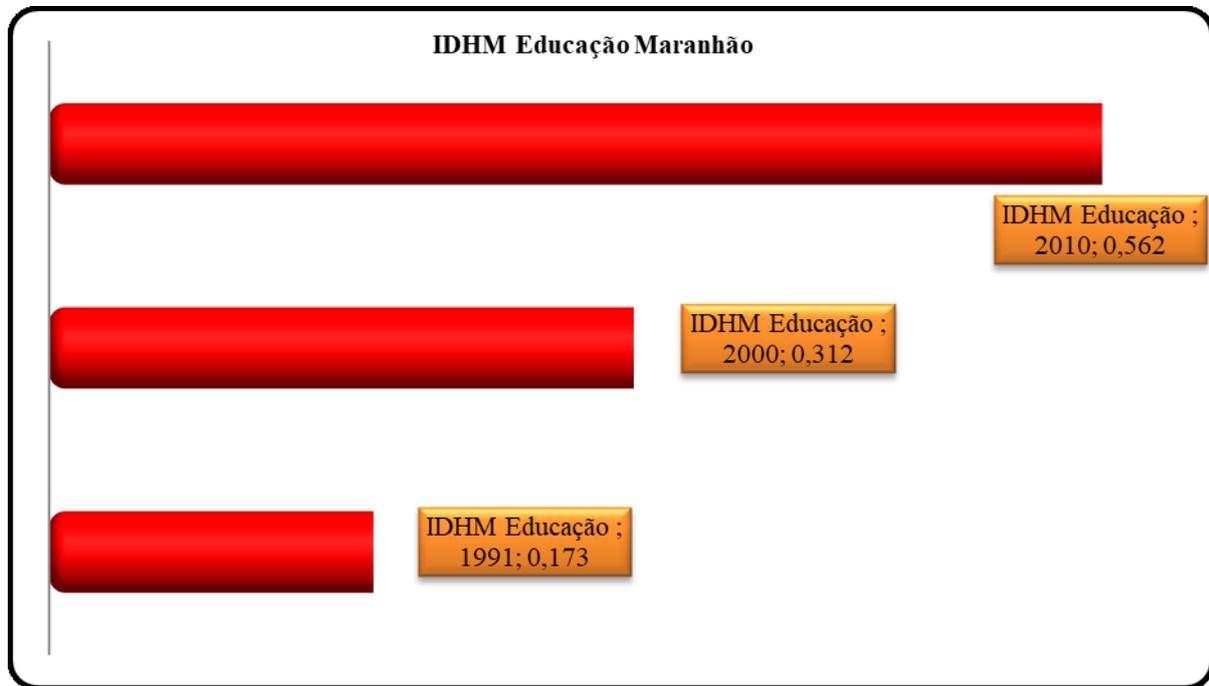


Fonte: adaptado de IPEADATA.

E por fim, tem-se a variável educação. Ao observar a Figura 11, percebe-se que mesmo tendo uma evolução para o período analisado, os indicadores não são nada bons. Este é, sem dúvida, o grande desafio para o governo maranhense, melhorar de forma consistente a educação do estado.

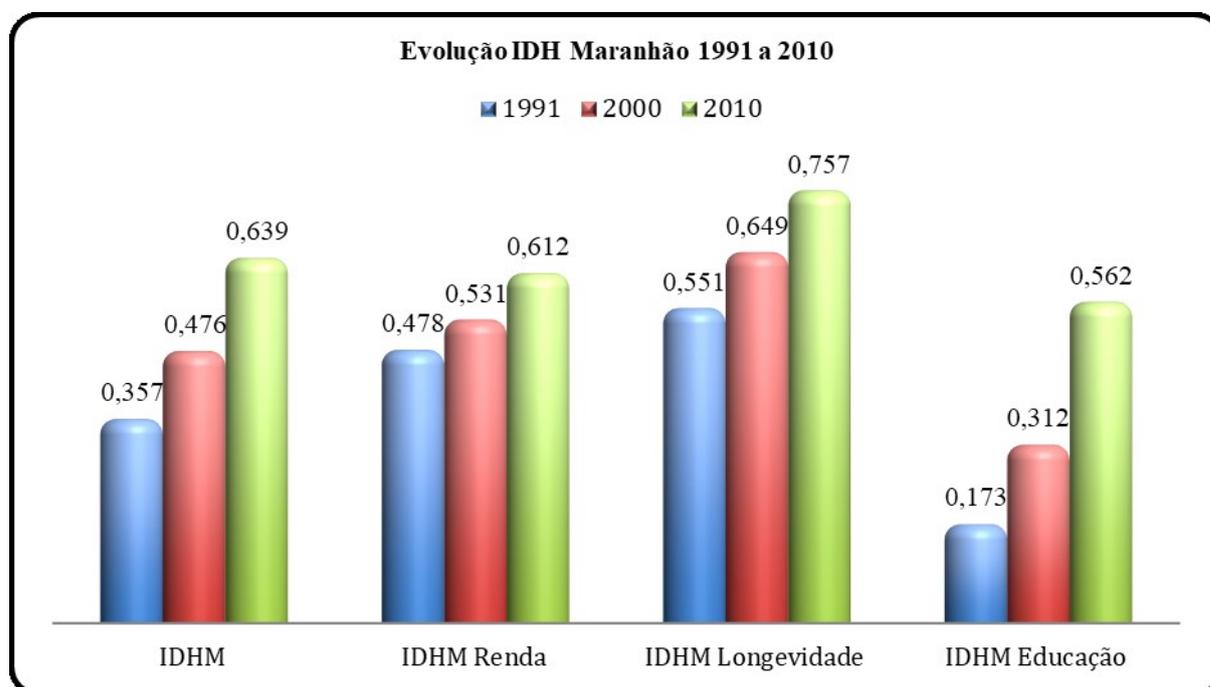
As melhorias, observadas na Figura 11, podem dar uma falsa sensação de que o estado está fazendo sua parte para melhorar a educação. Neste item, é que mais se nota políticas pontuais, passageiras para “melhorar” a educação e com isso melhorar IDH como um todo. Um exemplo de tal política é a não reprovação do aluno. A lógica é até simples, quando há reprovação a probabilidade de evasão aumenta e se isso ocorrer afetará negativamente o IDH, para tanto o governo altera as regras educacionais. Nessa concepção, é praticamente abolida a reprovação do aluno, mesmo que o mesmo não tenha condições mínimas de avançar de ano. Tem-se, assim, uma falsa inserção destes ao mercado de trabalho qualificado, pois eles não terão chances de concorrer com pessoas com uma formação completa.

Figura 11 – IDH Educação no Estado do Maranhão para o período de 1991 a 2010



Fonte: adaptado de IPEADATA.

Na Figura 12, tem-se um resumo das variáveis que compõem o IDH do Estado do Maranhão para o período de 1991 a 2010. Dentre todas as variáveis que compõem o IDH, no estado do Maranhão, a mais preocupante é a educação, pois é a partir dela que o restante pode ser melhor resolvido. Para tanto, é necessário que o estado formule políticas públicas sérias e consistentes pensando em resolver de fato o problema e não apenas implementar políticas para melhorar “artificialmente” os indicadores sociais. A redução da concentração da economia, distribuindo melhor os investimentos pelo estado é condição essencial e fundamental para que não só a educação tenha melhorias reais, mas também a renda e a saúde de toda população tenham avanços.

Figura 12 – IDH do Estado do Maranhão para o período de 1991 a 2010

Fonte: adaptado de IPEADATA.

Qualquer política pública séria passa, inevitavelmente, por oferecer condições dignas de trabalho para os professores, neste ponto não se trata apenas de melhorias salariais, mesmo sendo estas de extrema importância, trata-se de melhorias na infraestrutura dos prédios, em investimentos na qualificação dos docentes (cursos de especialização, mestrado e doutorado), modernização, com salas de informática com presença de professores treinados e capacitados para extrair o máximo do equipamento e, assim, agregar um grande número de conhecimentos novos para os alunos.

Tais políticas não devem atingir resultados em curto prazo, por isso, devem ser políticas de Estado e não de governos. Tais políticas devem ser contínuas não podem sofrer um rompimento no meio do processo, por isso há a necessidade de se debater para assim iniciar as suas implementações. Com isso, será possível falar de inclusão real das pessoas no mercado de trabalho, coisa que hoje é muito difícil de acontecer.

A melhoria do IDH é, em grande medida, resultado dos investimentos feitos pelos governos ou incentivados por ele. Em uma economia com alto grau de concentração, com poucos municípios detendo a maioria da produção, a tendência é que os demais municípios não tenham recursos suficientes para investir em áreas importantes como saúde, educação e melhorar o nível de renda da população, melhorando, assim, a sua condição de vida.

O Maranhão é um estado que, historicamente, possui um IDH muito baixo. Em todos os *rankings*, nas informações extraídas do PNUD, o estado sempre aparece entre os últimos colocados.

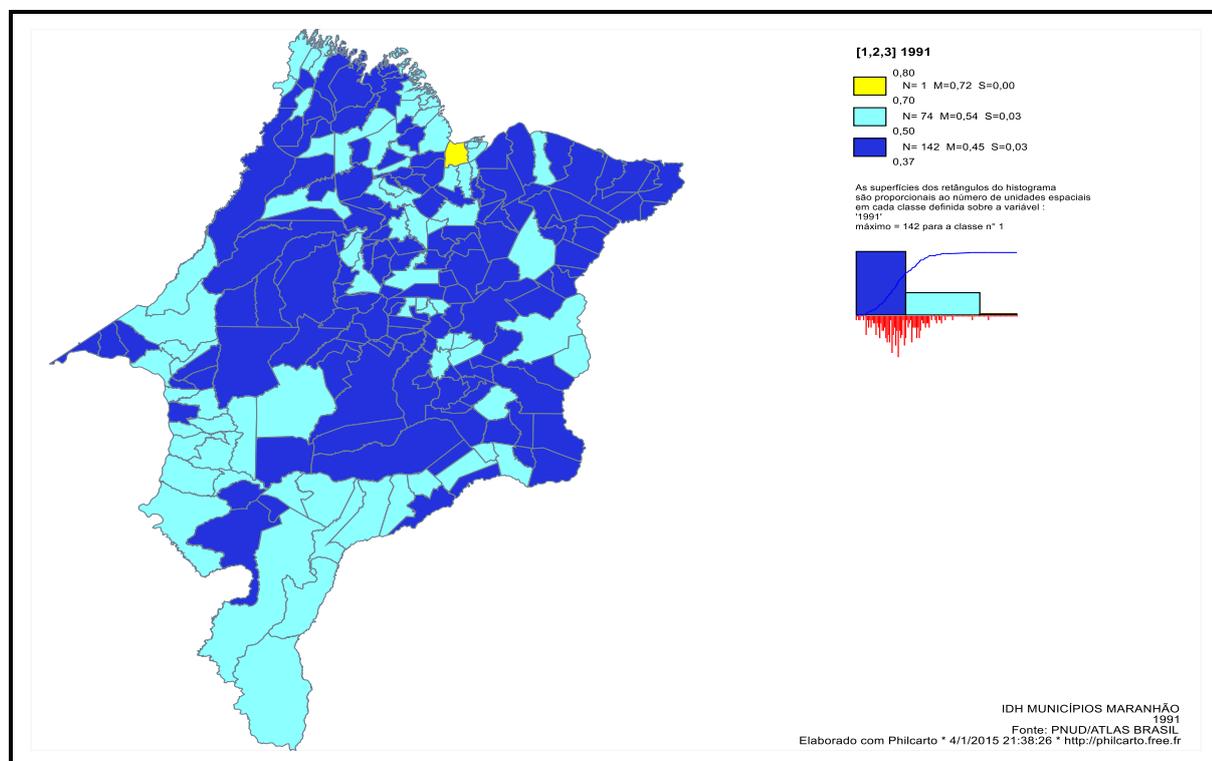
Na Figura 13, verifica-se a distribuição do IDH para os municípios maranhenses. Observa-se que em 1991 apenas um município (São Luís), de acordo com a classificação das Nações Unidas (ONU), possuía um IDH alto de 0,721. Setenta e quatro municípios possuem um IDH baixo, com uma média de 0,540; e cento e quarenta e dois apresentam um IDH muito baixo com uma média de 0,450.

Tabela 2 - Faixas de Desenvolvimento IDH - PNUD

Faixas de Desenvolvimento	Classificação
0,800 – 1,000	Muito alto
0,700 – 0,799	Alto
0,600 – 0,699	Médio
0,500 – 0,599	Baixo
0,000 – 0,499	Muito baixo

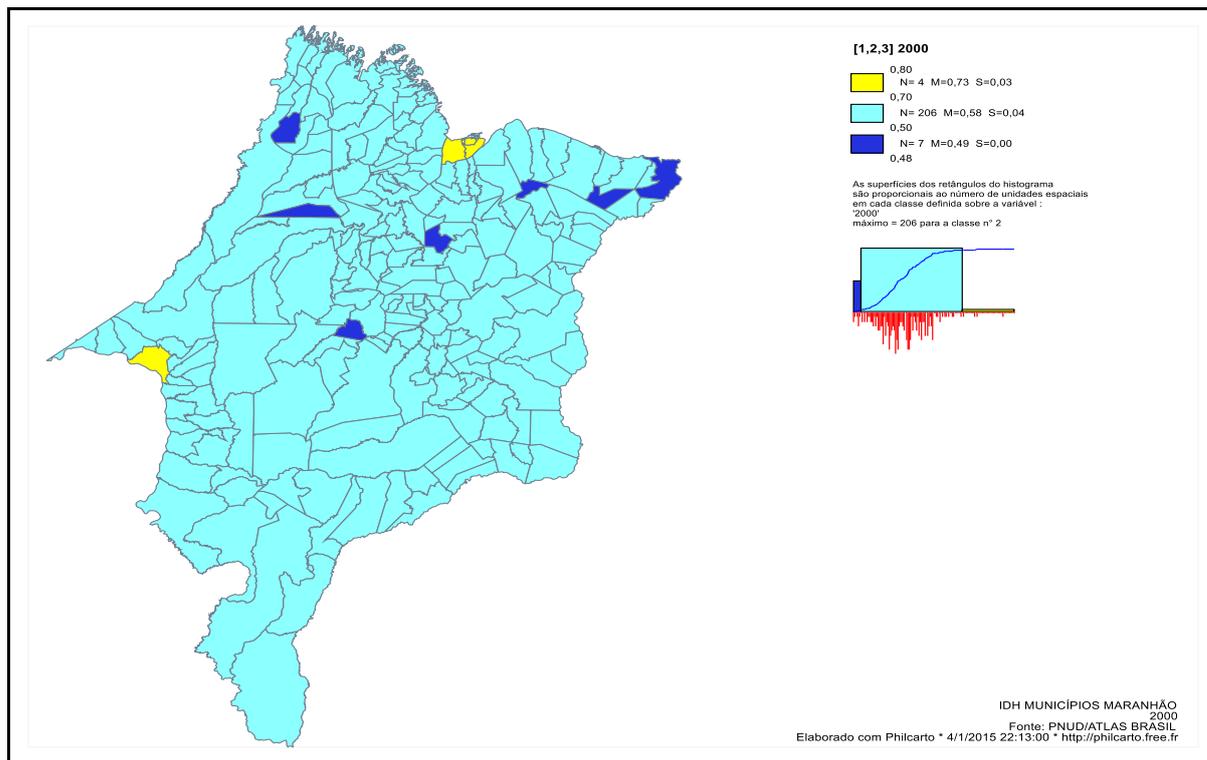
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)/ATLAS BRASIL.

Figura 13 – IDH dos Municípios do Maranhão em 1991



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)/ATLAS BRASIL.

Figura 14 – IDH dos Municípios do Maranhão em 2000



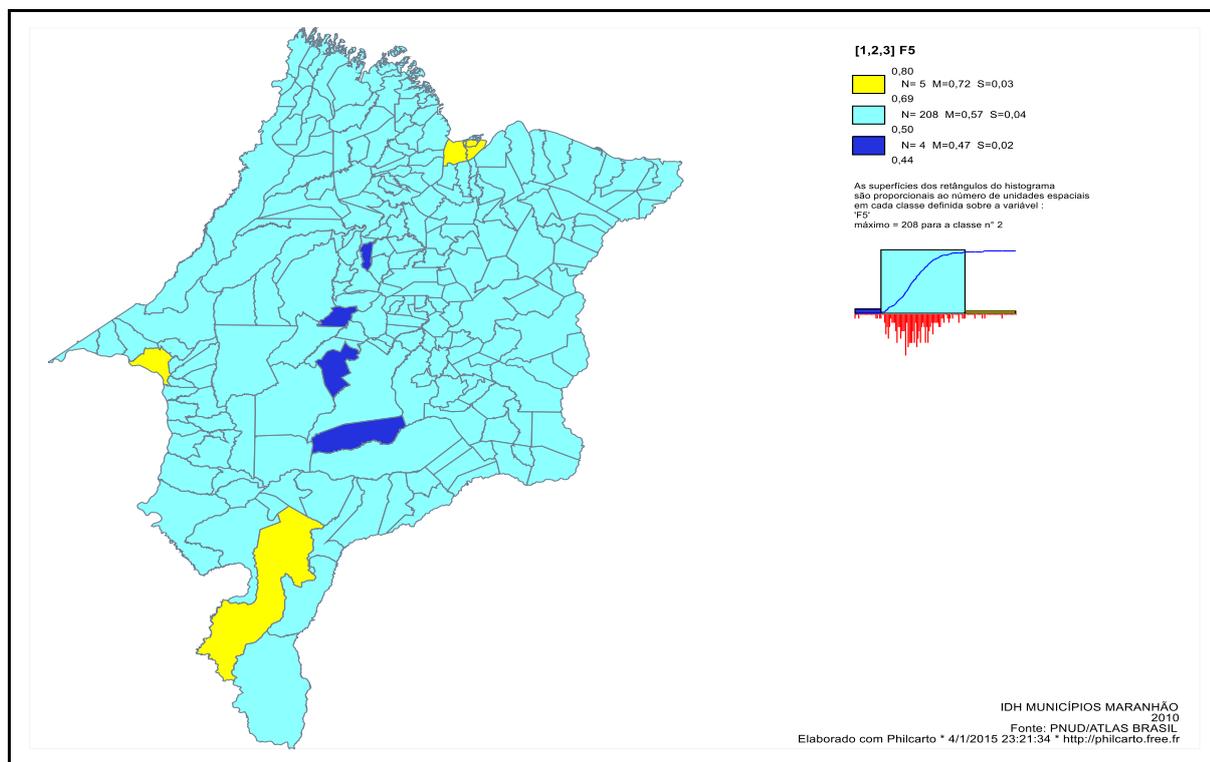
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)/ATLAS BRASIL.

Na Figura 14, observa-se uma melhora no IDH dos municípios maranhenses em 2000, em relação a 1991, sendo que quatro municípios estão classificados com IDH alto com uma média de 0,730; duzentos e seis com IDH baixo, com uma média de 0,580 e; sete com IDH muito baixo com uma média de 0,480.

Observa-se na Figura 15, a situação dos municípios do Maranhão em relação ao IDH para o ano de 2010, último ano de análise feito pelo PNUD. Praticamente não há alteração em relação ao ano de 2000 no que se refere ao número de municípios com alta, média e baixa participação no IDH do estado. Em 2010, cinco municípios foram classificados como alto IDH com uma média de 0,720; duzentos e oito com baixo IDH com média de 0,570 e; quatro com um IDH muito baixo com média de 0,470.

Mesmo demonstrando uma evolução nos índices, o estado ainda tem a maioria dos municípios na condição de baixo IDH. E os municípios com IDH muito baixo estão entre os últimos no país, tal situação ratifica à necessidade de uma melhor distribuição de investimentos para, assim, melhorar a condição de vida de toda a população.

Figura 15 – IDH dos Municípios do Maranhão em 2010



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)/ATLAS BRASIL.

Considerações finais

O Brasil, a partir da década de 1930, acentua o processo de concentração de sua economia, com destaque para as regiões sudeste e sul, consideradas mais atrativas para o investimento no país. Isso faz com que as demais regiões enfrentem sérias dificuldades para crescerem e com tal crescimento buscarem o desenvolvimento. A participação média da região sudeste, no PIB brasileiro de 1939 a 2011, foi 62,92%, muito superior às demais regiões somadas, isto por si só já denota a grande concentração da economia no país.

Já a partir da década de 50 há alguns debates relativos ao alto grau de concentração da economia nacional, principalmente pelo economista Celso Furtado, tendo como resultado de tais debates a implementação de algumas políticas públicas voltadas para redução da concentração. A partir da década de 1970, observam-se uma pequena redução na participação do Sudeste e uma pequena elevação das regiões Nordeste, Norte Centro-Oeste.

Tais elevações se deram devido à criação da SUDENE, no caso do Nordeste, e isso influenciou, em certa medida, o direcionamento de investimentos para a região. Já para o Norte tem-se como fatores de influência a criação da Zona

Franca de Manaus e a política de povoamento desencadeada pelo governo militar. E em relação ao Centro-Oeste, o fato mais importante é a descoberta de uma nova fronteira agrícola, em grande medida, possível devido aos avanços em pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) que desenvolveu uma semente de soja propícia para o Cerrado, técnicas de correção de sol e novas espécies de pastagens específicas para a característica predominante no Centro-Oeste do país.

O Maranhão até a meados da década de 1950 não era considerado pertencente à região Nordeste, tal condição pode ter influenciado, em algum momento, o atraso de políticas para mitigar, reduzir o grau de pobreza no estado.

A economia maranhense não se diferencia tanto da nacional quando o assunto é concentração econômica. O estado possui 217 municípios, dos quais, em 2011, apenas 10 municípios tinham uma participação média na economia superior a 1,0% do PIB. O restante dos municípios (207) tinha uma participação média inferior a 1,0%. Tal concentração é prejudicial ao desenvolvimento do estado, pois não há uma distribuição de investimentos por todo o estado e aqueles que pertencem ao “grupo dos dez” tendem a continuar atraindo o maior número de investimentos, aprofundando o grau de concentração.

Um dos reflexos negativos mais evidentes, provocado pelo elevado grau de concentração da economia maranhense, é sua colocação no ranking dos estados brasileiros no IDH, o estado figura sempre entre os últimos colocados disputando a “lanterna” com os estados do Piauí e Alagoas. A alta concentração da economia faz com que os investimentos sempre tenham o mesmo destino e os municípios não contemplados fiquem em uma situação de penúria social e econômica, não podendo investir em áreas essenciais como saúde e educação, limitando ou impossibilitando a busca efetiva pela melhoria da renda das pessoas e assim favorecer sua condição de vida.

Entende-se que, com políticas públicas adequadas, pode-se buscar uma redução do grau de concentração da economia maranhense. O estado é rico em recursos naturais, possui solo fértil, tem localização estratégica quando se pensa em exportação, enfim, com definições de políticas públicas corretas, o estado tem plenas condições de reverter o quadro apresentado.

Uma das políticas públicas que poderia ser adotada é impulsionar a formação de *clusters* agrícolas, buscando incentivar a produção já existente e de destaque nos municípios maranhenses, isso poderia levar à melhoria de renda da população local e com isso beneficiar, efetivamente, a condição de vida de todos os maranhenses.

Referências

BACELAR, T.; SANTOS, V. Desigualdades regionais e nordeste em formação econômica do Brasil. In: ARAÚJO, Tarcísio Patrício de; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; MACAMBIRA, Júnior. **50 anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009, p. 177-200.

BECKER, B. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? In: ARAÚJO, Tarcísio Patrício de; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; MACAMBIRA, Júnior. **50 anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009, p. 201-228.

CARLEIAL, L. **A contribuição Neoschumpeteriana e o Desenvolvimento Regional**. Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: IPEA, 2011.

CARLEIAL, L.; CRUZ, B. A hora e a vez do desenvolvimento regional brasileiro: uma proposta de longo prazo. **Texto para discussão 1729**, Brasília: IPEA, 2012.

GIRARDI, E.P. **Manual de utilização do programa Philcarto**. Versão 4.xx para Windows. Presidente Prudente: [s/n], 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de dados SIDRA: Produto interno bruto dos municípios referência 2010-2013**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Base de dados IPEADATA: PIB municipal a preços constantes**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 02 jan. 2015.

OLIVEIRA, C; MAGALHÃES, J. **Estrutura produtiva avançada e regionalmente integrada: diagnóstico e políticas de redução das desigualdades regionais**. Brasília: IPEA, 2010.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Ranking IDH estados**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em: 02 jan. 2015.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SAWAIA, B. (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1999.

THISSE, J. **Geografia Econômica**. In: CRUZ, Bruno de Oliveira et al. *Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil*. Brasília: IPEA, 2011. Falta paginação.

TRIBUZI, B. **Formação Econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. 2ª edição. São Luís: Conselho Regional de Economia do Maranhão, 2011.

WANIEZ, P. **Philcarto for Windows**. Versão 5.73 (31/03/2014). Disponível em <<http://philcarto.free.fr>>. Acesso em: 22 set. 2014.

Endereço para correspondência:

Fernando Reis Babilônia – fernandobabilonia@gmail.com
Av. Perimetral Norte, 4129 St. Vila João Vaz
74445-190 Goiânia/GO, Brasil

Alcido Elenor Wander – alcido.wander@embrapa.br
Rodovia GO-462, km 12 Fazenda Capivara
75375-000 Santo Antônio de Goiás/GO, Brasil